



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIAL E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SEGURANÇA ALIMENTAR- DIVERSIDADE  
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) municipal de Foz de  
Iguaçu e a interface com os agricultores familiares: conectando alimentos com  
a educação.**

**Isaac Silveira Navarro**

Foz do Iguaçu  
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIAL E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA  
ALIMENTAR– DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-  
AMERICANA**

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) municipal de Foz de Iguaçu e a interface com os agricultores familiares: conectando alimentos com a educação.**

**Isaac Silveira Navarro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana..

Orientador: Prof. Drº Dirceu Basso

Foz do Iguaçu  
2022

NOME DO(S) AUTOR(ES) EM ORDEM ALFABÉTICA

**TÍTULO DO TRABALHO:**

SUBTÍTULO DO TRABALHO, SE HOUVER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Basso  
UNILA

---

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto  
UNILA

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Alice Eleutério  
UNILA

Foz do Iguaçu, 28 de março de 2022.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento	
(....) graduação	(....) artigo
(....) especialização	(....) trabalho de conclusão de curso
(....) mestrado	(....) monografia
(....) doutorado	(....) dissertação
	(....) tese
	(.....) CD/DVD – Obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 4 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todos os profissionais de Drusa que atuam no mercado de trabalho.

## **AGRADECIMENTOS** (opcional)

Em primeiro lugar, eu dedico esse trabalho não só a meus pais, mas também toda criançada e jovens que dependem do serviço público, pelo fato de serem classe baixa.

Em segundo lugar, eu agradeço ao meu orientador Dirceu Bassos que me deu uma sugestão para fazer o TCC pois se trata de um tema bem polemico quando se trata da alimentação e nutrição escolar.

Em terceiro lugar, agradeço meus colegas por compartilhar essa experiencia fantástica que tive dentro da universidade trazendo não só em múltiplas vivencias, mas também uma diversidade cultural

Em quarto lugar, agradeço aos professores que tive aula e tive também conhecer vários perfis de professores que apesar de esse terem metodologias diferentes facilitou muito a dinâmica da aula ao mesmo tempo permitindo a participação do aluno cativando a atenção

Em quinto lugar, agradeço aos profissionais que trabalham na universidade e na Usina pelo excelente atendimento e obterem a melhor equipe de trabalho do município.

*Faça do ato de nutrir-se o melhor experimento da sua vida  
e através da nutrição viva!*  
*Claudia Nascimento*

**NAVARRO, ISAAC SILVEIRA. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) municipal de Foz de Iguaçu e a interface com os agricultores familiares: conectando alimentos com a educação.**

**ESTUDOS E ANÁLISE DO CASO PELOS AUTORES NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR.** 45 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

**RESUMO**

O estudo analisa a inserção dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de Foz do Iguaçu, no que se refere a comercialização de alimentos, no período de 2011 a 2021. Verificando o montante financeiro comercializado, tendo como relação o volume de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) bem como observar os aspectos que podem contribuir para que os agricultores possam melhor atender as demandas do PNAE. A metodologia considerou uma revisão da literatura documental e bibliográfica bem como valorizou as palestras realizadas pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação (SME) nos anos de 2021 e 2022, na disciplina de Estado e Políticas Públicas do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Na revisão bibliográfica foi dado ênfase nos aspectos ligados ao direito humano à alimentação, a segurança alimentar, uma breve história do PNAE e sobre a agricultura familiar. Do período observado, foi no ano de 2016 que os agricultores realizaram o maior volume de vendas ao Programa. Os produtos hortícolas, frutícolas e tubérculos constituem a maior parte da oferta de alimentos para o PNAE, porém os agricultores encontram sérias dificuldades para ofertar produtos de origem animal, exceção do leite tipo C e do pescado de tilápia. A cooperação entre os agricultores familiares, por meio da associação ou cooperativa, tem um papel fundamental para inserir os produtores no mercado institucional do PNAE.

Palavra-chave: Alimentação Escolar; Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; Agricultura familiar

## RESUMEN

La metodología consideró una revisión de la literatura documental y bibliográfica así como valoró las conferencias impartidas por el nutricionista del Departamento Municipal de Educación (Pyme) en los años 2021 y 2022, en la disciplina de Estado y Políticas Públicas del Curso de Desarrollo El estudio analiza la inserción de los agricultores familiares en el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) de Foz do Iguaçu, comercialización de alimentos en el período 2011 a 2021. Verificar el monto del mercado financiero, teniendo como relación al volumen de recursos del Fondo Nacional para el Desarrollo de la Educación (FNDE) así como observar los aspectos que pueden aportar para que los agricultores puedan atender mejor las demandas de la PNAE. La metodología consideró una revisión de la literatura documental y bibliográfica así como valoró las conferencias impartidas por el nutricionista del Departamento Municipal de Educación (Pyme) en los años 2021 y 2022, en la disciplina de Estado y Políticas Públicas del Curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria. En la revisión bibliográfica se hizo hincapié en aspectos relacionados con el derecho humano a la alimentación, la seguridad alimentaria, una breve historia de la PNAE y la agricultura familiar. Del período observado, fue en 2016 cuando los agricultores realizaron el mayor volumen de ventas al Programa. Las hortalizas, frutas y tubérculos constituyen la mayor parte del suministro de alimentos para la PNAE, pero a los ganaderos les resulta serio ofrecer productos de origen animal, con la excepción de la leche tipo C y el pescado tilapia. La cooperación entre los agricultores familiares, a través de la asociación o la cooperativa, juega un papel clave en la inserción de los productores en el mercado institucional de las pnae.

Palabra-llave: PNAE; Desarrollo Rural y Seguridad; Diversidad; Agricultura familiar

## ABSTRACT

The study analyzes the insertion of family farmers in the National School Feeding Program (PNAE) of Foz do Iguaçu, with regard to the commercialization of food, in the period from 2011 to 2021. Verifying the amount of financial market, having as relation to the volume of resources of the National Fund for The Development of Education (FNDE) as well as observe the aspects that can contribute so that farmers can better meet the demands of the PNAE. The methodology considered a review of the documentary and bibliographic literature as well as valued the lectures given by the nutritionist of the Municipal Department of Education (SME) in the years 2021 and 2022, in the discipline of State and Public Policies of the Course of Rural Development and Food Security. In the literature review, emphasis was placed on aspects related to the human right to food, food security, a brief history of the PNAE and on family farming. From the period observed, it was in 2016 that farmers made the highest sales volume to the Program. Vegetables, fruit and tubers make up the majority of the supply of food for the PNAE, but farmers find it serious to offer products of animal origin, with the exception of type C milk and tilapia fish. Cooperation between family farmers, through association or cooperative, plays a key role in inserting producers into the pnae's institutional market.

Keyword: PNAE; Rural Development and Security; Diversity; Family

farming

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Objetos de Desenvolvimento Sustentável- Agenda 2030.

**Figura 2** – público beneficiário

**Figura 3** – Investimento da alimentação escolar

**Figura 4** – Aquisição da agricultura familiar

**Figura 5** – Alimentos adquiridos dos agricultores familiares

**Figura 6** – Unidade familiar de processamento de pescados instalados em Foz de Iguaçu.

**Figura 7**–Unidade familiar de processamento de leite instalado em Foz de Iguaçu

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
FNDE	Fundação Nacional de Desenvolvimento
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAN	Segurança Alimentar
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
FAO	Organização da Agricultura Familiar
REAF	Reunião da Agricultura familiar
SME	Secretaria Municipal de educação
CF	Constituição Federal
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
CNME	Centro Nacional de Ministério de Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PMFI	Prefeitura Municipal de Foz de Iguaçu
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COAFASO	Cooperativa da Agricultura Familiar Solidaria do Oeste do Paraná
APROFOZ	Associação dos Produtores de Foz de Iguaçu

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	12
2.O PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	13
2.1 O direito humano e o direito a segurança alimentar.....	13
2.2 O PNAE.....	15
2.3 Os agricultores familiares.....	16
3 DADOS E DISCUSSÕES DO PNAE IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME) DE FOZ DO IGUAÇU.....	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas são importantes ferramentas que os atores sociais podem valorizar objetivando uma melhoria nos direitos humanos, em especial nos países em que a desigualdade social é evidente, trazendo melhorias de qualidade de vida as pessoas. Portanto, no âmbito dos agricultores familiares podemos trazer para a reflexão a questão da segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Seguindo esta perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos agricultores familiares no que se refere ao fornecimento de alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Foz do Iguaçu. Mais especificamente, (i) visa identificar a participação dos agricultores familiares na oferta de alimentos ao PNAE, em relação aos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no período de 2011 a 2021; (ii) observar quais são os aspectos que os agricultores familiares ainda devem observar para melhor atender as demandas do Programa.

De acordo com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento adotado pela Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 04 de dezembro de 1986, a pessoa humana está no centro da noção do desenvolvimento. Assim, reconhece “[...] que a pessoa humana é o sujeito central do processo de desenvolvimento e que a política de desenvolvimento deve assim fazer com que o ser humano seja o principal ator e beneficiário do desenvolvimento” (Res. n.º 41/128, ONU, 1986, p. 02).

Partido desta perspectiva, qual seja, de colocar as pessoas no centro do processo de desenvolvimento, que justifica este estudo em analisar o PNAE. Pois tanto as crianças e os adolescentes, entre outras categorias sociais que são beneficiárias do Programa no ambiente escolar, quanto os agricultores familiares como parte dos fornecedores de alimentos estão envolvidos na implementação desta importante política pública. Ainda, é urgente mencionar que o referido Programa contribui para gerar empregos diversos em sua execução.

A realização do estudo contou com uma revisão da literatura documental e bibliográfica que auxiliaram na definição da temática e na delimitação da pesquisa, bem como, valorizou as palestras realizadas pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação (SME) nos anos de 2021 e 2022, na disciplina de Estado e Políticas Públicas do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Os alimentos, o direito a alimentação adequada, o desenvolvimento centrado nas pessoas, a intersetorialidade da política pública (educação, agropecuária, desenvolvimento rural) e os agricultores familiares são alguns dos principais temas aqui analisados e embasados em leituras. Soma-se, ainda, o acesso ao banco de dados da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Foz do Iguaçu, publicizado em palestra realizada na disciplina de Estado e Políticas públicas, nos últimos 3 anos, pela colaboradora nutricionista da SME.

Os danos indicam que o município de Foz do Iguaçu, em parceria com os recursos oriundos do FNDE, conseguiu oferecer mais de 40 mil refeições diárias e de que os agricultores familiares, nos anos de 2016 e 2017, conseguiram fornecer ao Programa um montante financeiro superior a 50% dos recursos do FNDE.

O estudo, além desta introdução, no capítulo 02 trata sobre o PNAE e a participação dos agricultores familiares em sua operacionalização. No capítulo 03 são apresentados dados da operacionalização do PNAE em Foz do Iguaçu bem como uma análise deles. Por fim, as considerações finais.

## 2.0 PNAE E A AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES À SEGURANÇA ALIMENTAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL.

Nesse capítulo destacar-se-á inicialmente a questão do direito humano a alimentação, em seguida um breve histórico sobre o PNAE, para, por fim, trazer breves discussões sobre a agricultura familiar e o mercado institucional.

### 2.1 O direito humano e o direito a segurança alimentar

A Constituição Federal (CF) assegura que ter uma alimentação saudável constitui como um direito fundamental (BRASIL, 1998). Um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região (BRASIL, 2006).

As consequências das inseguranças alimentares e nutricionais podem ser percebidas a partir de diversos tipos de problemas, entre eles podem ser mencionados: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, entre outras. De acordo com a Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a fome vem aumentando em países de crescimento lento desde 2013, com destaque para os países que tem forte

dependência do comércio internacional de commodities, como é o caso da América Latina (FAO, 2019).

Dupas (2007) menciona que existe uma unanimidade entre as organizações internacionais que a América Latina se constitui como uma das regiões com maior desigualdade do mundo. Para o autor, condições que se constata devido a falta de acesso, ao consumo, a crédito, à educação, a saúde e a inclusão digital.

Na agenda 2030 da ONU estão contempladas 17 metas globais explicitadas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais são parte da Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Para Soares, *et al.* (2021) a agenda contempla um plano de ações que objetivam promover melhorias e qualidade de vida, incluindo estratégias de combate a pobreza extrema.

Figura 01 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030



Fonte: Organização das Nações Unidas (ONU), 2015.

Como se observa, os ODS tratam sobre questões de desenvolvimento que dizem respeito, entre outros aspectos, a pobreza, fome, saúde e educação. Aspectos estes que dialogam com este estudo em sua perspectiva intersetorial. Para o bem-estar, na perspectiva das ODS, a nutrição deve estar colocada no centro da política governamental e fortalecida pelos atores sociais interessados, incluindo a sociedade civil e as suas organizações. Pois, o direito a alimentação adequada

“[...] é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (BRASIL, 2013, p. 27).

A base normativa de sustentação para a garantia da alimentação escolar como um direito humano está nos seguintes textos legais da Constituição Federal, nos artigos 208 e 211 (BRASIL, 1988) (SOARES, 2022). Conforme consta abaixo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, a efetivação desse direito torna necessário o fortalecimento da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) sustentada por um conjunto de ações planejadas visando a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população.

## 2.2 O PNAE

Num breve histórico, a questão da fome enquanto um debate público é observado a partir da década de 1940, com mais ênfase nos anos de 1950 enquanto estratégia de reduzir os índices de evasão e repetência, com destaque para a contribuição do médico, nutrólogo e sociólogo Josué de Castro, com a publicação do livro: Geografia da Fome em 1946.

Nos anos de 1950, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o qual foi denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, um programa de merende escolar, de âmbito nacional e de gestão pública. Em 1965 passou a ser denominado de Campanha Nacional de Merende Escolar (CNME), de caráter assistencialista, objetivando combater a desnutrição, tendo como público alvo crianças de baixa renda (SOARES, 2022).

De acordo com Soares (2022), em 1979 passou a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, a partir da Constituição Federal de 1988, a federação, estado e municípios passaram a serem responsáveis pelo custeio, inclusive com previsão orçamentária.

Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também, de acordo com Soares (2022, p.55), “as noções de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente

aceitável”. Ainda, conforme autora, “Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com Valente (2002), o aspecto nutricional e sanitário foi agregado ao conceito, o qual passa a ser designado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Frente a isso, entende-se por SAN:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.29).

No ano de 1994 foi instituída por meio da Lei nº 8.913 (BRASIL, 1994), a descentralização das políticas de alimentação escolar no Brasil, a partir de convênios com municípios, secretarias de educação (SOARES, 2022).

Não é objeto deste estudo analisar toda a normatização construída para fins de implementação do PNAE. De forma breve, destaca que o PNAE disponibiliza alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, “[...] valores financeiros de caráter suplementar efetuados em dez (10) parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de duzentos (200) dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino” (SOARES, 2022, p. 56). Esses valores são contabilizados por aluno, a serem pagos em dez parcelas durante o ano letivo (BRASIL, 2019).

Por fim, se faz necessário mencionar a Lei nº 11.947, de 16/06/2009 no qual destaca que 30% do valor do PNAE devem ser investidos em compra direta de produtos da agricultura familiar, contribuindo para fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2009).

Diante o exposto, se faz necessário trazer uma breve reflexão sobre os agricultores familiares enquanto um dos atores que contribuem para que o PNAE alcance os objetivos propostos.

### 2.3 Os agricultores familiares

Na sociedade moderna, a agricultura familiar apresenta-se como uma realidade

multiforme e uma categoria genérica (WANDERLEY, 1999; GEHLEN, 2001). Para Basso (2013, p.73), a diversidade de situações específicas e particulares de formas sociais é resultante da sua capacidade de adaptação nos contextos socioeconômico e ambiental onde se insere.

Dialogando com Wanderley (1999), Basso (2013, p. 73) destaca que “agricultura familiar não é uma categoria social recente e, ao reproduzirem-se, os agricultores familiares obrigam-se a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social”, incluindo a sua sociabilidade nos mercados.

Dialogando com Altafin (2007), Abramovay (2007), Wanderley (1999) e Lamarche (1998), Basso (2013, p.75) define os agricultores familiares modernos:

“[...] como aquela forma social de produção em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo; e as transformações vivenciadas pelos vínculos entre esses agricultores e o mercado apresentam graus variados de rupturas com relação à agricultura familiar tradicional”.

Para este estudo, no que se refere a sua participação na implementação do PNAE, os agricultores familiares se inserem no mercado do tipo institucional (WILKINSON, 2008). O acesso ao mercado institucional, compras por parte do poder público, demanda a participação e envolvimento em processos licitatórios e, como desafios, está presente os aspectos de qualidade, variedade e escala (WILKINSON, 2008).

### 3 DADOS E DISCUSSÕES DO PNAE IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME) DE FOZ DO IGUAÇU<sup>1</sup>.

A Divisão de Alimentação Escolar, setor que atua na organização das atividades ligadas a alimentação escolar, atende 106 unidades escolares e tem fornecido mais de 40 mil refeições diárias. Atualmente, para implementar as atividades da alimentação escolar a SME conta com 8 profissionais da área de nutrição.

---

<sup>1</sup> Os dados e informações utilizadas na presente seção do estudo foram disponibilizados pela Divisão de Alimentação Escolar, ligada a Diretoria de Assistência ao Educando, da Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – PR.

Os objetivos do PNAE visam os seguintes objetivos: 1) formar hábitos alimentares saudáveis; 2) promover o crescimento e desenvolvimento das crianças; 3) garantir segurança alimentar e nutricional; 4) contribuir para melhoria da aprendizagem e rendimento escolar e; 5) oferecer refeições saudáveis que atendam as necessidades dos beneficiários.

Os valores financeiros repassados pelo FNDE ao município, por aluno e de acordo com o censo escolar, podem ser observados no Quadro 01. O montante de recursos do FNDE deve ser de uso exclusivo para a aquisição de alimentos.

Quadro 01: Valores financeiros gastos por aluno repassados pelo FNDE ao município de Foz do Iguaçu no ano de 2021.

Público beneficiários	Valores em R\$
Creches	1,07
Pré-Escola	0,53
Ensino Fundamental e Médio	0,36
Educação de jovens e adultos	0,32
Ensino Integral	1,07
Atendimento Educacional Especializado no contraturno	0,53

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Foz do Iguaçu, 2022.

O planejamento do cardápio considera, em grande medida, sete aspectos, tais como: as necessidades nutricionais, faixa etária, cultura alimentar da localidade, sustentabilidade, sazonalidade dos alimentos, custos e a logística de entrega. De acordo com a Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020, em seu inciso 8º por orientação do FNDE, é proibida a oferta de alimentos ultra processados e a adição de açúcar, mel e adoçante nas preparações culinárias e bebidas para as crianças até 3 anos de idade.

Além de observar os cuidados com os alimentos ultra processados, outros parâmetros são observados na oferta de alimentos. De acordo com as informações disponibilizadas pela Divisão de Setor de Alimentos, as carnes devem estar presentes em

no mínimo 4 dias por semana. Por sua vez, líquidos lácteos com aditivos ou adoçantes devem ser fornecidos aos de turno parcial no máximo 1 vez por mês e os de turno integral até 2 vezes por mês. Já os biscoitos, bolacha, pão ou bolo para os de turno parcial no máximo 2 vezes por semana e os de turno integral até 7 vezes por semana. Os doces para ambos os turnos (parcial ou integral) no máximo 1 vez por mês. Para os alunos de turno parcial, as frutas devem estar em 2 dias da semana, as hortaliças em 3 dias da semana. E para os de turno integral as frutas devem estar em 4 dias da semana e as hortaliças em 5 dias da semana.

Esses parâmetros da oferta de alimentos aos beneficiários do PNAE evidencia os cuidados com a oferta de alimentos, incluindo os planejamentos de aquisição dos mesmos, e os devidos cuidados nutricionais. Ainda, está contemplado na Lei nº 12.982/2014 a necessidade de observar o cardápio especial, objetivando atender necessidades alimentares especiais. O mesmo deve ser elaborado com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas.

Do montante de recursos repassados pelo FNDE não se observa variações significativas no decorrer dos últimos anos. Em 2018, como exemplo, o montante foi de R\$ 3,2 mi (SME,2021). Por sua vez, a contrapartida da PMFI no ano de 2018 foi de R\$ 8,2 mi. Totalizando um montante total (FNDE+ PMFI) de R\$ 12,05 mi.

O Gráfico 01, permite observar os investimentos financeiros da alimentação escolar para o ano de 2022 (SME, 2022). Como mencionado neste estudo, os investimentos de cada ano são sempre dados a partir do censo de alunos do ano anterior do município. Assim, no ano de 2022 a alimentação será ofertada para 26.123 beneficiários. Podemos observar no Gráfico os valores referentes ao custo total por aluno/dia nas escolas e nos CMEIS e a participação em porcentagem do FNDE e da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI). Destacamos que a PMFI participa com um montante financeiro superior a 86% para as escolas e de 87% para os CMEIS, num total R\$ 22,76 mi. De acordo com a Nutricionista da SME<sup>2</sup>, bem como os dados do ano de 2018, os valores municipais vêm seguindo um crescente ano após ano. Enquanto, em 2022, o FNDE participar com R\$ 3,2 mi, valores próximos aos anos anteriores, a PMFI contribui com R\$ 19,5 mi.

---

<sup>2</sup> Débora Magalhães CRN 8/10993, Graduada em Nutrição – UNB. Residência Multiprofissional em Saúde da Família – Unila e Pós Graduada em estatística e finanças – Faciba.

Gráfico 01: Custo total por aluno da alimentação nas escolas e CMEIS, nº de alunos beneficiários e valores repassados pelo FNDE e PMFI ao PNAE Municipal de Foz do Iguaçu em 2022.

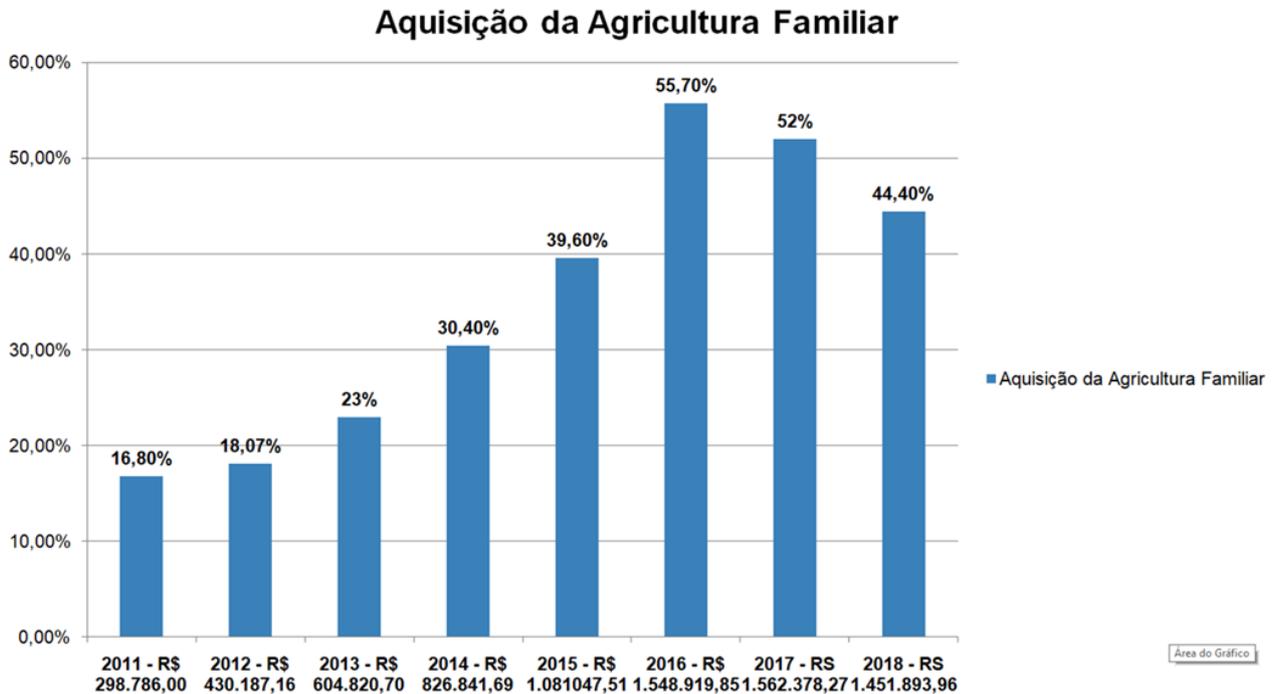


Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Foz do Iguaçu, 2022.

A agricultura familiar fornece alimentos para a SME desde o ano de 2005, no primeiro momento eram produtores individuais (SME, 2021). Em seguida, a Associação Produtores de Foz do Iguaçu (APROFOZ) organizou os produtores e passou a coordenar a venda de produtos para a alimentação escolar. Contudo, em 2013, foi criada a Cooperativa de Agricultores Familiares do Oeste do Paraná (COAFASO) que passou a vender para o PNAE a partir de 2014. De acordo com a SME (2021), de 40 produtores locais para envolver mais de 450 da região, ampliando a oferta de alimentos.

De acordo com o Gráfico 02, podemos observar a aquisição de alimentos da agricultura familiar em porcentagem com base os recursos repassados pelo FNDE.

Gráfico 02: Aquisição de alimentos da agricultura familiar, em porcentagem sobre os valores repassados do FNDE e os respectivos montantes anuais, no período de 2011 a 2018, em Foz do Iguaçu – PR.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Foz do Iguaçu, 2021

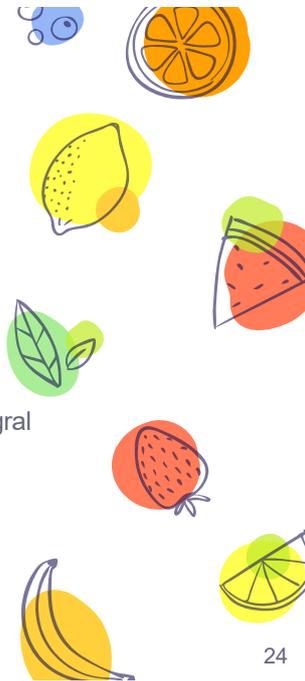
Com base no Gráfico 02, verifica-se que o ano de 2016 foi aquele no qual os agricultores familiares conseguiram comercializar o maior volume de recursos (55,7%), seguindo uma crescente desde 2011. Já os anos seguintes constata-se uma diminuição dos montantes comercializados. No ano de 2019, a aquisição atingiu 42,8 % (R\$ 1.208.245,00); 2020 atingiu 29,6% (R\$ 950.00,00) e em 2021 a aquisição foi de 38,3 % (R\$ 1.224.649,00) (SME, 2022). Nos anos de 2020 e 2021 o país conviveu com a pandemia do Covid-19, alterando a dinâmica de consumo e a forma de acesso aos alimentos pelos beneficiários. Situação está que também afetou a dinâmica de compras dos agricultores familiares.

O Quadro 01 permite visualizar a cesta de produtos adquiridos dos agricultores familiares. Cabe destacar que os agricultores familiares encontram significativas dificuldades para fornecer alimentos de proteína animal. Além do leite tipo C, presente no quadro, acrescenta-se a aquisição de tilápia.

Quadro 01: Lista de alimentos adquiridos dos agricultores familiares para atender a demanda de alimentos do PNAE, 2021.

## Alimentos adquiridos

- |                   |                        |                        |
|-------------------|------------------------|------------------------|
| × Abobrinha verde | × Milho verde          |                        |
| × Abóbora moranga | × Repolho              |                        |
| × Alface          | × Tomate               | × Iogurte              |
| × Batata doce     | × Banana               | × Leite tipo C         |
| × Beterraba       | × Laranja              | × Canjiquinha          |
| × Brócolis        | × Melancia             | × Fubá                 |
| × Cebola          | × Polpa de fruta       | × Suco de uva integral |
| × Cenoura         | × Polpa de peixe       |                        |
| × Chicória        | × Bolacha caseira      |                        |
| × Couve flor      | × Pão caseiro integral |                        |
| × Couve manteiga  | × Pão caseiro sabores  |                        |
| × Mandioca        | × Cuca                 |                        |



24

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Foz do Iguaçu, 2021

Entre as dificuldades da oferta de alimentos de origem animal pelos agricultores familiares ao PNAE estão as condições necessárias para realizar o processamento da matéria prima. Ou seja, faz-se necessário ter pequenas unidades de processamento que atendam as exigências sanitárias municipais para esses alimentos. Além disso, demanda os recursos financeiros, as capacidades para realizar as práticas de processamento e a logística da produção animal.

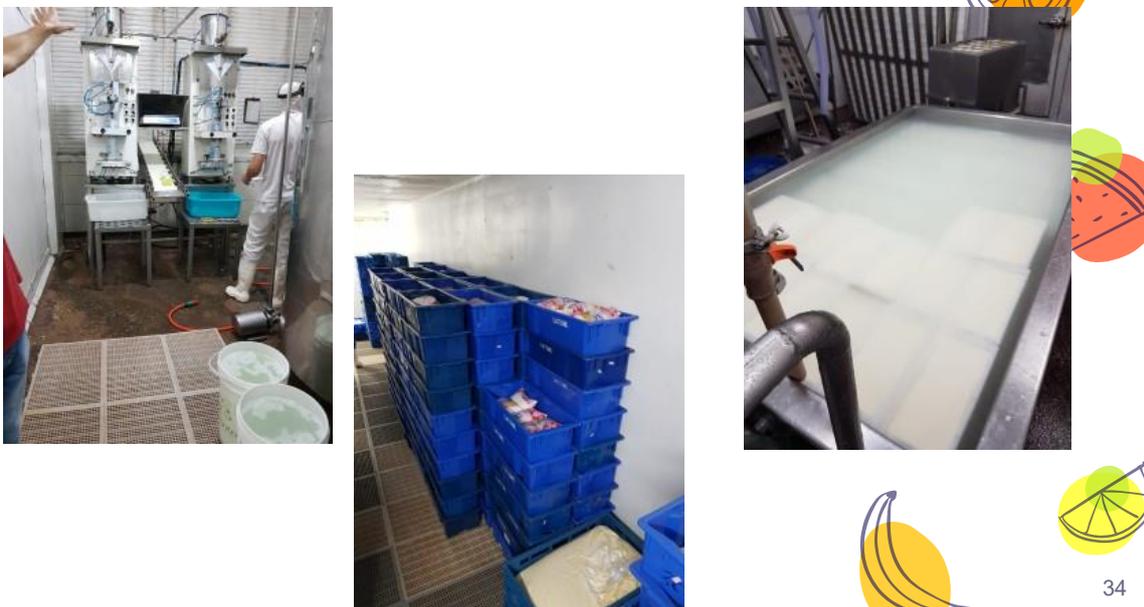
A seguir podemos ver fotografias de duas plantas de processamento de produtos de origem animal, instalada em Foz do Iguaçu, que comercializa parte de sua produção junto ao PNAE local.

Fotos 01: Unidade familiar de processamento de pescado instalada em Foz do Iguaçu – PR.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Foz do Iguaçu, 2021

Fotos 02: Unidade familiar de processamento de leite instalada em Foz do Iguaçu – PR.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Foz do Iguaçu, 2021

A alimentação fornecida aos estudantes, como destacado neste estudo, também deve considerar a qualidade dos alimentos para preparar as refeições. Nesse sentido a produção agroecológica e orgânica é valorizada na compra dos alimentos. Importante observar que a qualidade também está implica no uso de açúcar, como destacado pela Nutricionista, visando atender a resolução mais recentes. Outros aspectos considerados é a escala de alimentos nas compras e o processamento (lavagem, seleção de tamanho, embalagens, outros) necessário para a entrega dos produtos.

Diante do exposto, observa-se que, de um lado, os agricultores familiares estão fazendo esforços diversos, entre eles, diversificar a venda de produtos, promover a cooperação entre si, capacitar-se para dos editais, bem como dialogar com o setor de alimentos da SME para poder vender parte de sua produção ao PNAE. De outro lado, constata-se que vários desafios estão presentes, conforme mencionados pela Nutricionista. Entre eles o de sempre caminhar na busca da qualidade dos alimentos; ampliar oferta de produtos de origem animal, manter a cooperação em associação ou cooperativa para atingir escala, diversidade de alimentos e a aprendizagem coletiva para o acesso ao mercado institucional. Bem como, incorporar novas maneiras de fazer os alimentos, tal como a necessidade de produzir panificados com menos açúcar.

Outros desafios ainda podem ser observados no processo de aquisição dos alimentos, estes envolvem os múltiplos atores, tais como: reduzir as sobras das refeições (alunos/porcionamento), controle de estoque e; dificuldades de compra devido as licitações; comunicação entre os atores (SME,2022).

No panorama geral, podemos dialogar que os agricultores junto com os atores sociais, podem tomar um caminho bastante trabalhoso em relação a essa dinâmica, podendo ampliar a produção de alimentos de origem animal e colocar mais gente para trazer mais leque de oferta de alimentos através de pesquisa relacionados a alimentos orgânicos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a contribuição dos agricultores familiares no que se refere ao fornecimento de alimentos ao PNAE municipal, verificou-se que desde de 2005 ocorre a comercialização de produtos ao Programa. No início, as vendas ocorreram de forma individualizada, contudo, nos anos seguintes os agricultores passaram a organizar-se para atender as demandas do PNAE. Num primeiro momento foi por meio da associação APROFOZ e, posteriormente, via a cooperativa COAFASO.

Ao analisar os últimos 10 anos, observou-se que o PNAE municipal de Foz do Iguaçu adquiriu alimentos dos agricultores familiares num montante financeiro, em relação aos recursos do FNDE, que em 2011 representou 16,8%, atingindo o maior volume de recursos em 2016 representando 55,7%. Com a pandemia, Covid 19, houve uma redução do montante financeiro, contudo em 2021, o montante foi de 38,3 %.

Já com relação aos alimentos, observou-se que os produtos de origem vegetal (hortícolas, frutícolas e tubérculos) estão fortemente presentes entre os produtos adquiridos pelo Programa. Ainda, é parte importante aquisição dos panificados. Os agricultores familiares encontram maiores dificuldades para oferecer ao PNAE os produtos de origem animal. O leite tipo C e a carne de tilápia estão entre produtos comercializados pelos agricultores familiares no Programa. Não foi objeto do estudo aprofundar as razões das dificuldades, contudo, as condições sanitárias, os investimentos financeiros e a capacitação profissional necessárias para venda desses alimentos são parte dos obstáculos observados.

Dentre os desafios, cujos os agricultores familiares necessitam manter esforços diversos, destaca-se: a busca constante de melhorias na qualidade dos alimentos, com destaque para a produção agroecológica; ampliar a diversidade de alimentos, incluindo os de origem animal; manter e ampliar a cooperação entre os agricultores familiares a fim de capacitar-se para atuar nos mercados institucionais e; capacitar-se para atender as constantes mudanças nas normas de aquisição de alimentos pelo PNAE.

Por fim, observa-se que os agricultores familiares contribuem com o PNAE em Foz do Iguaçu, existe espaço para ampliar a oferta de alimentos para este mercado institucional e de que outras políticas públicas podem, de maneira sinérgica, ampliar a participação dos agricultores familiares na oferta de alimentos ao Programa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília/DF, 2007 (Brochura de circulação restrita)
- BASSO, D. **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**. Porto Alegre, 2013. f. 240. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.
- BRASIL. **CONSEA**. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, 2006. Brasília.
- BRASIL. FNDE/Programa de Alimentação Escolar – PNAE. **Guia Cadernos de Legislação 2019**. Normativas do PNAE. Acesso em 04/07/2020.
- BRASIL. **Lei nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: DOU, 2013.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução/CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União 2009. Jun/2017.
- BRASIL. **Presidência da República**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Casal Civil, 1988.
- DUPAS, G. (2007). **O mito do progresso**: ou progresso como ideologia. São Paulo, UNESP.
- FAO - **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. The State of Food Security and Nutrition in the World. Roma. 2019.  
<http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: out/2020.
- GEHLEN, I. Pesquisa e competitividade na agropecuária brasileira. In: **Sociologias** – UFRGS, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul-dez, 2001, p.70-93.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- SOARES, S C. **O papel das políticas públicas de segurança alimentar através do PNAE: um estudo de caso de uma escola da rede estadual de educação do Paraná no município de Toledo**. Marechal Candido Rondon, 2022, 188. F. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias (CCA), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Rural Sustentável.

VALENTE, F. L. S. **Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional**: o direito humano à alimentação adequada. In: \_\_\_\_\_. Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p.40-43.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.